



## REQUERIMENTO / 2019

Requeiro à Mesa Diretora, cumpridas as formalidades regimentais, ouvido o Plenário, que seja realizado uma audiência pública, para o **MOVIMENTO ECOLÓGICO SOS RIO IPOJUCA**, a fim da associação sem fins lucrativos explanar a respeito da situação atual do Rio Ipojuca, assim como quais são as medidas utilizadas pelos órgãos responsáveis pela requalificação do mesmo.

### **JUSTIFICATIVA**

O Rio Ipojuca banha várias cidades, dentre elas está Caruaru. Este recebe das mesmas um volume elevado de poluentes ao qual se acresce a carga poluidora da atividade agroindustrial (usinas, destilarias e canaviais) localizada em sua bacia. Toda esta carga de detritos industriais e domésticos faz com que o rio Ipojuca seja o terceiro rio mais poluído do Brasil.

O Movimento Ecológico SOS Rio Ipojuca tem como objetivo principal a elaboração e a realização de projetos voltados à recuperação e proteção do Rio Ipojuca, assim como a atuação juntamente com o município de Caruaru e o Ministério Público, na fiscalização e combate à degradação do rio, que um dia serviu de lazer para famílias inteiras e foi cartão-postal da cidade.

Isto posto, é de suma relevância que a referida entidade em conjunto com os respectivos órgãos debatam a respeito das medidas para a requalificação do Ipojuca.

Dê-se ciência a Exma. Sra. Prefeita de Caruaru, Raquel Lyra; à Sra. Secretária Executiva da Secretaria de Recursos Hídricos, Simone Rosa; ao Sr. Presidente da APAC – Agência Pernambucana de Águas e Clima, Sra. Dra. Suzana Maria Gico Lima Montenegro; à Exma. Sra. Promotora de Justiça do Ministério Público de Caruaru, Gilka Miranda; ao Sr. Presidente da COMPESA, Roberto Tavares.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2019.

**Vereador LULA TÔRRES**  
**Autor**

Rua XV de Novembro, 201 | Nossa Senhora das Dores | Caruaru-PE | CEP 55.004-903 | Tel: (81) 3701-1850  
www.camaracaruaru.pe.gov.br | camara.caruaru@uol.com.br | CNPJ 11.472.180/0001-20

SAPL - <http://www.sapl.caruaru.pe.leg.br>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.